

O efeito dominó

Henrique Rattner*

FEA/USP



Praça Tahrir, Cairo (Egito): manifestantes comemoram a renúncia de Mubarak

Ao redigir este texto na noite sexta-feira, 11 de fevereiro, parei para acompanhar as notícias da TV, comunicando que Hosni Mubarak tinha renunciado à presidência do Egito e partido, com sua família para o balneário de Sharm el-Sheik na costa do Mar Vermelho. Completa-se assim a primeira fase de revoltas no mundo árabe que resultou na queda sucessiva dos ditadores da Tunísia e do Egito, o mais populoso e militarmente mais poderoso país do mundo árabe. A onda de protestos, contudo, está longe de ter cessado. Ao contrário, no dia seguinte à

queda de Mubarak, os meios de comunicação relataram sobre uma nova onda de protestos na capital da Argélia, violentamente reprimidos pela polícia. Acontecimentos semelhantes ocorreram em Sanaá, capital do Iêmen e Amã, capital da Jordânia. Em todas essas manifestações, as reivindicações por democracia e fim do regime de emergência que confere poderes ilimitados aos governantes autocráticos e corruptos, constituíram as principais palavras de ordem dos manifestantes. Apesar da repressão violenta, os protestos continuam insuflados pelos

exemplos da derrubada das ditaduras na Tunísia e no Egito.

De ponto de vista histórico, os movimentos pró-democracia no mundo árabe podem ser considerados como o fechamento de um ciclo iniciado nos anos setenta do século passado com o colapso das ditaduras em Portugal, Espanha e Grécia seguido nos anos oitenta pela derrubada das ditaduras na América Latina e, nos anos noventa, após o desmoronamento da ex-União Soviética, pela democratização dos países do leste europeu, sem esquecer os movimentos populares que derrubaram as ditaduras no sudeste asiático, na Indonésia e nas Filipinas, escrevendo assim um novo capítulo na História do mundo. A única região geopolítica do mundo que parecia imune ao sopro de mudança para um regime democrático foi o mundo árabe, particularmente o Oriente Médio cujos governantes perpetuaram-se no poder por décadas, reprimindo as reivindicações por direitos humanos, liberdade e democracia com a mais cruel e desumana opressão. Paradoxalmente, os principais países democráticos, os Estados Unidos e da União Européia viviam em perfeita simbiose com os tiranos, justificando suas políticas com argumentos falaciosos sobre a necessária estabilidade naquela região, maior produtora e exportadora de petróleo. Por isso, demorou a que os governantes norte-americanos e europeus “abandonassem o muro” e apoiassem em termos cautelosos os movimentos populares, apelando para uma transição “ordeira”. Receberam com alívio as primeiras declarações do marechal Mohamed Hussein Tantawi, chefe da junta militar que assumiu o poder e que foi ministro da defesa desde 1991. Conhecido como conservador, pouco propenso à mudanças políticas, afirmou

que o país honrará os acordos internacionais, inclusive o tratado de paz com Israel.

A posição e as intenções do exército que assumiu o governo são objeto de interrogações e de conjecturas das mais desencontradas. O Conselho Supremo das Forças Armadas comunicou que o atual governo nomeado por Mubarak, continuará a exercer suas funções até que um novo seja nomeado. Alguns ex-ministros estão em prisão domiciliar, proibidos de deixar o país. Os militares reiteraram seu compromisso de transferir o poder a um governo eleito, sem esclarecer sobre o período de transição e as novas eleições para presidente e o Parlamento, marcados anteriormente para setembro de 2011. Outra dúvida que persiste refere-se à manutenção do estado de emergência, que continua em vigor. As próximas semanas revelarão a capacidade da população de organizar-se politicamente e indicar candidatos para chefiar a nação, uma tarefa imensa face à ausência total de vida política e institucional durante a ditadura.

Observadores internacionais conjecturam que os militares, recusando a exercer o poder, irão organizar as próximas eleições, voltando depois para seu papel de fiadores do regime, à semelhança do que acontece hoje na Turquia onde o regime político é conduzido por um partido islâmico moderado que governa com o apoio das forças armadas.

Quem será o próximo no dominó? Os governantes dos 22 países da Liga Árabe, todas as ditaduras com exceção (questionável) do Líbano, Iraque e os territórios palestinos, foram sacudidos pelos acontecimentos nas últimas semanas na Tunísia e no Egito. Por isso, especula-se nas capitais sobre “quem será o próximo”? O mais provável candidato é o presidente do Iêmen, Ali

Abdullah Saleh que governa a república do norte desde 1978 e a união do norte com o sul desde 1990. Ele enfrentou tremendas pressões mesmo antes das manifestações na Tunísia, por causa de levantes tribais no sul e a presença de Al Qaeda em todas as regiões do país. Nas últimas semanas, teve de enfrentar protestos de rua sem precedentes em Sanaá, capital, organizados por uma aliança entre estudantes ligados pela internet, islamitas e outros, conhecidos como “grupos de encontro”. Em dois de fevereiro, evocando as palavras de Hosni Mubarak, prometeu não candidatar-se nas próximas eleições para a presidência, marcadas para 2013. Mas, os protestantes, anunciando um “dia de raiva” em três de fevereiro, avisaram-no a deixar o governo imediatamente. Saleh, manipulador contumaz da sociedade tribal iemenita, conta ainda com a lealdade das forças armadas, o que não permite prever sua queda em curto prazo. Outro candidato é o presidente do Sudão, Omar al Bashir, que está sendo responsabilizado pela “perda” do sul do país e por ter falhado na melhoria das condições de vida da população. Os manifestantes apontam a elevação do custo de vida causada pela retirada dos subsídios governamentais para combustível e açúcar, em quase todos os países do mundo árabe. Os governantes da Jordânia, Líbia e Argélia, apesar de diminuírem os impostos sobre alimentos importados, com medo de provocar levantes populares, não estão a salvo de revoltas e manifestações de protestos. Os chefes de estado árabes mais repressivos, Muammar Qadafi da Líbia e Bashar Assad da Síria que pareciam firmes em sua decisão de reprimir qualquer manifestação contrária ao regime, se for preciso com armas da polícia e do exército, também estão sob pressão das massas., tendo o número de

mortos, nos últimos dias, nas cidades da Líbia, a mais de uma centena. O rei dos Marrocos parece a salvo de manifestações bem como os riquíssimos monarcas do Golfo da Pérsia que mantêm suas relativamente pequenas populações calmas, sem padecer dos problemas dos outros países árabes. Entretanto, protestos ocorreram em Bahrein, no Golfo Pérsico. A Arábia Saudita, o estado mais populoso e rico do Golfo, constitui um caso à parte. Com uma classe média melhor educada e ligada à internet, a família real enfrenta uma próxima sucessão conturbada pela número de pretendentes ao trono e a presença ameaçadora da Al Qaeda, com efeitos políticos desestabilizadores. Causou impacto na mídia internacional também as notícias sobre uma manifestação da oposição iraniana no dia 14 de fevereiro passado, apesar da proibição do governo que lançou a polícia e suas milícias contra os opositores, entre os quais houve mortos e muitos feridos.

Entre os países que mais preocupação manifesta com os acontecimentos na Egito, deve se destacar o estado de Israel. A relativa calma na fronteira durante 33 anos desde a assinatura do tratado de paz em 1979 estaria seriamente abalada, com a ascensão ao poder de um governo composto por membros da Irmandade Islâmica, mesmo em minoria. Não se pode esquecer que o Hamas que continua apregoar a destruição do estado de Israel, foi uma criação da Irmandade. Por isso, o governo israelense adotou extrema cautela ao afirmar, após dias de total silêncio, que o tratado de paz entre os dois países deve permanecer em vigor, ao mesmo tempo saudando “o progresso de valores de liberdade e democracia” no Oriente Médio. O primeiro ministro, Benjamin Netanyahu, advertiu contra a exploração

da luta pela democracia por movimentos antidemocráticos e autoritários, como acontece no Irã e “alhures”, referindo-se, inquestionavelmente à Faixa de Gaza, onde o Hamas ganhou as eleições em 2006 e tentou impor seu governo também na Cisjordânia. Parte da opinião pública israelense considera o movimento pró-democracia iniciado na Tunísia, irrompendo no Egito e reverberando na Jordânia e na Argélia, como uma ameaça à estabilidade da região. Outros apontam para as dificuldades futuras de governar uma ampla população de milhões de palestinos que aprenderam pela TV como resistir à repressão. Há dúvidas justificadas entre muitos israelenses sobre a disposição da polícia palestina e mesmo do exército de Israel de reprimir um movimento de massas pela democracia, sob os olhares atentos da opinião pública mundial e das diversas TVs no mundo árabe. A tensão no Egito recorda aos israelenses que apesar da assinatura do tratado de paz em 1979, a ocupação dos territórios palestinos conquistados na guerra de 1967, é rejeitada por amplos setores da sociedade egípcia e do mundo árabe. O acordo assinado entre palestinos e israelenses em Oslo, em 1993, após um breve intervalo de esperança de solução do conflito perdeu seu impacto após dois governos liderados por Netanyahu demonstrarem sua intenção de manter a ocupação dos territórios por um tempo indeterminado. Mesmo que um novo governo no Egito renove o tratado de paz, os gastos militares de Israel com sua defesa e todo o planejamento estratégico deverão ser reformulados, considerando-se a possibilidade de um novo conflito no sul do país, caso a Irmandade Islâmica venha a fazer parte do novo governo. Embora ainda tivesse superioridade num confronto militar

convencional, duvida-se da capacidade de reprimir palestinos “pacíficos” simultaneamente na Cisjordânia, em Gaza e em Israel, ao reivindicarem seus direitos políticos e plena autonomia.

As oscilações da política norte-americana no começo dos protestos em fins de janeiro de 2011, os EUA permaneceram paralisados perante os acontecimentos no Cairo e outras cidades egípcias, expressando seus porta-vozes, o vice-presidente Joe Biden e a secretária de Estado Hilary Clinton sua fé (ou desejo?) na estabilidade do regime de Hosni Mubarak. Somente quando a situação parecia escapar do controle da polícia, a administração de Obama clamou por uma “transição ordeira”. Em conversa telefônica com Mubarak, Obama declarou que a transição deveria ser “significativa, pacífica e iniciar-se imediatamente”. A demora dos EUA em tomar posição é explicada por seu papel de principal fornecedor de ajuda econômica e militar, no valor de 1,5 bilhões de dólares por ano e a dificuldade em abandonar um aliado após as primeiras rusgas entre a população e a polícia. Uma atitude precipitada iria assustar outros aliados, tais como a Arábia Saudita e a Jordânia. Por outro lado, não poderiam apoiar o ditador na repressão da população irada, ferindo os princípios apregoados pelos americanos e indispor-se com os eventuais sucessores do regime. Obama também tomou o cuidado de declarar em público que o futuro do Egito era assunto a ser decidido pelos egípcios e não pelos norte-americanos. Assim a preferência dos EUA por Omar Suleiman, o vice-presidente recém nomeado por Mubarak, ficou patente. Tudo isso, não pode ocultar o tremendo golpe sofrido pelo colapso do regime de Mubarak, revelado em uma mensagem divulgada pelo WikiLeaks na qual este é

considerado um pilar para a segurança da região, assegurando o livre acesso ao canal de Suez e o uso do espaço aéreo para as operações militares dos EUA no Iraque, no Golfo e no Afeganistão. Teve também papel relevante no fechamento de acesso à Faixa de Gaza para os suprimentos de armas e munições ao Hamas. Se um novo governo irá abrir a fronteira conforme exige Mohamed ElBaradei, o impacto na política dos EUA e de Israel para com os palestinos será profundamente afetado. Se o novo regime, procurando ganhar apoio popular, resolver endurecer sua posição para com o estado de Israel, haverá uma ruptura do equilíbrio de poder na região, com a possibilidade de se procurar novos “amigos” entre os membros da aliança anti-ocidental composta pelo Irã, Síria, Hamas e Hezbollah.

Outras conjecturas sobre o futuro são ainda mais sombrias. Segundo estas, os antigos aliados, Marrocos, Jordânia e Arábia Saudita seriam atingidos pela onda de protestos e reivindicações e pressionados a procurar proteção e ajuda militar de outros países. A presença dos EUA no Iraque, onde

perderam milhares de soldados e gastaram imensas quantidades de dinheiro tornar-se-ia novamente problemática. E, se o Egito tornar-se base para as operações de Al Qaeda, as consequências seriam dificilmente previsíveis e constituirão o maior desafio para os EUA.

Está aberta a “caixa de Pandora”. Dos cenários possíveis, o de um compromisso entre as populações e o governo de transição no Egito parece o mais desejável pelo ocidente. Por outro lado, é preciso reconhecer que o atual cenário caracterizado pelo baixo crescimento econômico, com exceção do petróleo cujas receitas estão sendo apropriadas por uma ínfima elite e os governantes autoritários e cleptocratas, não oferece saídas em curto prazo para uma população jovem (mais de 50% têm entre 25 e 35 anos de idade) em busca de emprego, renda e participação na política. Por outro lado, em todas as sociedades árabes faltam condições materiais, culturais e institucionais para a implantação de um sistema democrático que garanta os direitos civis e democráticos, a liberdade e a participação política das populações.



* **HENRIQUE RATTNER** é Professor da FEA (USP), IPT e membro da Associação Brasileira para o Desenvolvimento de Lideranças (ABDL).